

DEMANDAS DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES – (UNE) PARA A EDUCAÇÃO

Demands of the national union of students - (UNE) for education

Aldimara Catarina Brito Delabona Boutin¹

Resumo: O artigo objetiva evidenciar as demandas da União Nacional dos Estudantes – (UNE) para a educação na atual conjuntura. Sob a orientação do referencial teórico do Materialismo Histórico e Dialético, analisamos 8 edições do informativo “Nossa Voz” da UNE, publicados entre os anos de 2012 e 2020. Nossas reflexões e análises indicam que a demanda pela educação, se fez presente na atuação da UNE em diferentes momentos históricos, sendo orientada por objetivos que priorizam a sua qualidade e democratização. Nas considerações finais apontamos que as demandas da UNE para a educação, priorizam a ampliação de investimentos na área para que as instituições de ensino possam funcionar, oferecendo aos filhos da classe trabalhadora condições de desfrutar da educação como um direito social.

Palavras-chave: Demandas para a educação; União Nacional dos Estudantes – (UNE); Movimento Estudantil.

Abstract: The article aims to highlight the demands of the National Union of Students - (UNE) for education in the current situation. Under the guidance of the theoretical framework of Historical and Dialectical Materialism, we analyzed 8 editions of the newsletter “Nossa Voz” from UNE, published between the years 2012 and 2020. Our reflections and analyzes indicate

¹ Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Ponta Grossa – (UEPG), licenciada em História e Pedagogia pela UEPG. E-mail: audiboutin@hotmail.com

that the demand for education was present in the performance of UNE at different historical moments, being guided by objectives that prioritize its quality and democratization. In the final considerations, we point out that the demands of the UNE for education, prioritize the expansion of investments in the area so that educational institutions can function, offering working class children the conditions to enjoy education as a social right.

Keywords: Demands for education; National Union of Students - (UNE); Student Movement.

INTRODUÇÃO

Em Gramsci (2014, p. 103) vemos que a apropriação do conhecimento historicamente acumulado pela humanidade é fundamental para a formação de “um bloco intelectual e moral que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais”. Isso significa que a educação é permeada por concepções de mundo que atendem aos interesses específicos de determinadas classes ou grupos sociais. Desvelar as ideologias que sustentam a hegemonia dominante, é fundamental para a formação de uma cultura que coloque os subalternos em posição de classe hegemônica.

A formação de uma nova cultura, amparada em modos de pensar e agir “éticos políticos” (GRASCI, 1978, p. 13) ocupa posição de centralidade no projeto social cujo compromisso é fundar a exploração social que se realiza no modo de produção capitalista. Sob este ponto de vista:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais” significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, socializá-las por assim dizer, transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta por parte de um “gênio

filosófico” de uma nova verdade que permaneça como patrimônio a pequenos grupos intelectuais. (GRAMSCI, 1978, p. 13, grifos do autor).

O processo de criação de uma nova cultura não está descolado da socialização coletiva dos saberes acumulados em diferentes áreas do conhecimento. Isso implica em ofertar uma educação democrática e de qualidade, que torne possível aos filhos dos trabalhadores “enriquecer a memória com o conhecimento de todas as riquezas criadas pela humanidade” (LENIN, 2015, p. 20), já que:

[...]. Ao estudar leis do desenvolvimento da sociedade humana, Marx compreendeu o caráter inevitável do desenvolvimento do capitalismo, que conduz ao comunismo, e, isto é o essencial, o demonstrou baseando-se exclusivamente no estudo mais exato, mais detalhado e mais profundo da sociedade capitalista, por ter assimilado plenamente tudo o que a ciência havia descoberto até então. [...]. (LENIN, 2015, p. 18).

A educação na perspectiva da emancipação humana se situa para além da formação de competências e habilidades úteis para o capitalismo. Seu objetivo é possibilitar aos filhos da classe trabalhadora o acesso ao “acervo de conhecimentos conquistados pela humanidade sob o jugo da sociedade capitalista” (LENIN, 2015, p. 18), de modo a ampliar seus horizontes, abrindo caminhos para uma luta respaldada na superação do trabalho assalariado.

Na sociabilidade capitalista, a educação sofre influência da conjuntura social e política, convertendo-se em um instrumento que consolida e uniformiza as concepções de mundo que auxiliam a hegemonia da classe dominante. De acordo com Lombardi (2011):

[...] o aparato escolar levantado pelo modo de produção capitalista se configura ideologicamente não só em função dos componentes explicitamente – tematicamente- ideológicos que comporta, mas também porque cria – e consolida – um marco de cisão onde a alienação da força de trabalho é um fato natural. A educação não se reproduz somente no seio das

disciplinas “não úteis” que possam dividir-se nas chamadas matérias humanísticas, mas, muito especialmente, na organização de todo o sistema. (p. 15).

A naturalização da exploração da força de trabalho, das desigualdades sociais, do domínio de uma classe sobre a outra e a primazia dada aos interesses e a cultura da classe dominante, são apenas alguns dos elementos nos quais se situam os limites da educação realizada no modo de produção capitalista. Para Mészáros (2008), a educação no capitalismo, possibilita que a submissão dos trabalhadores seja uniformizada e que as ideias dominantes detenham primazia em toda sociedade, sendo, portanto, uma prática excludente e, manipuladora, cuja função “é agir como um cão de guarda [...] para induzir um conformismo generalizado em determinados modos de internalização”. (p. 55)

Diante desse cenário, Mészáros (2008, p. 55) defende a necessidade de “desafiar as formas atualmente dominantes de internalização fortemente consolidadas em favor do capital pelo próprio sistema educacional formal”. Essa atitude, implica na defesa de uma educação efetivamente pública e de qualidade, exigindo investimentos para a melhoria estrutural das escolas e das condições de trabalho dos profissionais do ensino, de modo que os filhos dos trabalhadores possam acessar conhecimentos que instrumentalizem uma leitura crítica da realidade à qual estão inseridos.

Sob este viés, a educação é “desinteressada” (GRAMSCI, 2004), pois busca oferecer os fundamentos e os aportes necessários para a práxis política, dissociando-se dos “interesses práticos imediatos” predominantes no modelo educacional capitalista. Este último, embora seja “louvado como democrático”, na verdade “é destinado a perpetuar as diferenças sociais” a “cristalizá-las em formas chinesas”. (GRAMSCI, 2001, p. 49).

A busca por uma educação democrática e de qualidade tem sido impulsionada pelas lutas de associações organizativas da sociedade civil, como sindicatos de docentes e movimentos sociais. Entre essas entidades, o movimento estudantil se destaca, direcionando historicamente seus esforços em favor da educação pública e de qualidade.

A União Nacional dos Estudantes – (UNE), ao longo de sua trajetória política mobilizou jovens em diversas campanhas em prol da educação. A demanda pela educação pública e de qualidade, é orgânica à entidade, visto que esteve presente desde a origem da UNE, tendo influenciado na mobilização política dos jovens durante a década de 1930 e 1960 em diferentes eventos e manifestações políticas no Brasil.

Nosso objetivo para este artigo é desvelar as demandas da UNE para a educação na atual conjuntura. O material empírico é constituído por 8 documentos, referentes ao informativo “Nossa Voz”, publicados entre os anos de 2012 e 2020 pela UNE. A coleta desses documentos foi realizada por meio de uma busca na página *on line* e nas redes sociais da entidade. Foram selecionadas as edições dos informativos “Nossa Voz” que abordavam sobre a educação em espaços ou colunas específicas.

As reflexões do artigo, contemplam debates sobre a evolução história do papel da educação nas pautas da UNE. Nesse sentido, examinamos o documento “Plano de sugestão para uma reforma universitária”, produzido pela UNE em 1938, durante o II Congresso Nacional dos Estudantes, que é reconhecido como o marco inicial da entidade. Além disso, analisamos as cartas originadas dos Seminários de Reforma Universitária, ocorridos durante a década de 1960. Em seguida, investigamos, no material empírico selecionado, as demandas da UNE para a educação na atual conjuntura.

Nas considerações finais apontamos que as demandas que orientam a pauta pela educação, presentes no informativo “Nossa Voz” (2012-2020), confrontam as políticas neoliberais, priorizando a necessidade de ampliar os investimentos na educação, de modo que as instituições de ensino possam ofertar, aos filhos das classes subalternizadas, condições de desfrutar de uma educação democrática e de qualidade, enquanto um direito social fundamental.

1. A DEMANDA DA EDUCAÇÃO NOS EVENTOS ESTUDANTIS DA DÉCADA DE 1960

A educação é uma demanda que esteve presente desde a inauguração da UNE, como entidade representativa dos estudantes universitários no Brasil. Embora no I Congresso Nacional dos Estudantes de 1937, não tivessem sido debatidos temas políticos ou relacionados à educação, no II Conselho Nacional dos Estudantes de 1938, quando a UNE foi inaugurada oficialmente, foram contemplados assuntos relacionados à educação e à conjuntura social e política brasileira.

No II Congresso Nacional dos Estudantes foi elaborado um “Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira”, documento no qual os estudantes apresentaram 5 objetivos para a área da educação, incluindo as possíveis iniciativas para contemplá-los, conforme apresentamos no Quadro 1:

Quadro 1: Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira: objetivos para a educação e possíveis iniciativas - (UNE-1938)

Objetivos	Possíveis iniciativas
Solucionar o problema educacional	Democratizar a educação pública; Criar de cursos técnicos, escolas em zonas rurais e cidades universitárias.
Solucionar o problema econômico do estudante	Extinguir as taxas escolares;

Objetivos	Possíveis iniciativas
	Diminuir os preços de livros, materiais escolares e do transporte público.
Reformar o sistema educacional no sentido de unidade e continuidade	Ampliar as oportunidades de ensino “para o máximo de pessoas em idade escolar” (UNE, 1938, p. 326).
Realizar uma reforma universitária	Estimular “a transmissão e o desenvolvimento do saber e dos métodos de estudo e pesquisa, através do exercício das liberdades de pensamento”; (UNE, 1938, p. 326) Integrar a universidade à comunidade, por meio de uma seleção para além dos critérios econômicos; Divulgar os conhecimentos artísticos, científicos e literários, produzidos nas universidades; Criar universidades populares; Conceder autonomia política e administrativas às universidades brasileiras.
Ampliar as organizações extraescolares	Defender os interesses dos estudantes, visando a qualidade e a ampliação da educação e da universidade pública.

Fonte: UNE (1938)

Nota: Organizado pela autora (2021)

O “Plano de sugestões para uma reforma educacional” foi debatido e entregue pela diretoria da UNE ao então ministro da educação Gustavo Capanema. (POERNER, 1979). Os objetivos e possíveis iniciativas que compõe o documento, foram delineados a partir da análise crítica da realidade social e econômica do Brasil. Os estudantes destacaram a importância da democratização do ensino superior para as classes populares, visto que na conjuntura do Estado Novo, as reformas educacionais priorizavam os interesses da classe dominante e a educação era considerada como um instrumento para a “formação de uma elite mais ampla e intelectualmente mais bem preparada”. (FAUSTO, 2008, p.188)

Podemos evidenciar que apesar das demandas para a educação da UNE, se organizarem em face à restrição do acesso a um ensino democrático e de qualidade, presente na década de 1930, esse

problema ainda persiste em nossa realidade. Na conjuntura atual, a expansão de políticas neoliberais fragiliza o acesso à uma educação efetivamente pública, com investimentos estruturais nas escolas e com o desenvolvimento de programas e políticas que ampliem as condições de permanência de crianças e jovens nas escolas. As medidas de ajuste fiscal, parcerias públicas privadas, privatizações das instituições educativas e o repasse de recursos para o capital privado, além de transformarem a educação em um negócio, contribuem para o sucateamento do ensino público, prejudicando a sua oferta e qualidade.

Os seminários e congressos promovido pela UNE mantiveram um olhar atento para questões relacionadas à educação, estimulando uma reflexão ampliada em torno da conjuntura econômica, política, social brasileira. Dentro dos eventos organizados em torno dessa perspectiva, merece destaque o VIII Congresso Nacional dos Estudantes de 1945, o qual foi estruturado sobre dois eixos temáticos: a educação e a conjuntura nacional e internacional. (MATTOS, 2014)

A reforma universitária se tornou uma pauta central não apenas nesse evento, sendo amplamente debatida nos Seminários de Reforma Universitária, realizados pela UNE a partir da década de 1960. Durante esses encontros, os estudantes realizaram um levantamento dos problemas vivenciados pela sociedade brasileira e dentro das universidades do país e elaboraram “cartas de princípios”, para orientar as iniciativas do movimento estudantil na luta pela educação. (MENDES, JR, 1982)

O I Seminário Nacional de Reforma Universitária, ocorreu na cidade de Salvador, entre os dias 20 e 27 de maio de 1961, dando origem a “Declaração da Bahia”. Esse documento se organizou em torno de debates relacionados à realidade social econômica e política do Brasil e a reforma universitária. Fávero (1995, p. 35) enfatiza que a Declaração da Bahia, “procura ensaiar uma análise crítica da realidade brasileira, do

ponto de vista sócioeconômico”, destacando a existência de problemas relacionados às desigualdades sociais, presentes no modo de produção capitalista, à infraestrutura de base agrária do Brasil, à dependência do país em relação às potências estrangeiras e o desequilíbrio econômico das regiões brasileiras.

Na “Declaração da Bahia” a solução de tais problemas estaria relacionada à necessidade da “reformulação total da estrutura socioeconômica do país” (FÁVERO, 1995, p. 36). Para tanto seria indispensável fomentar o desenvolvimento do sistema de transportes e realizar a reforma agrária de modo a equilibrar as disparidades de ordem econômica em diferentes regiões brasileiras, ampliar as verbas para a educação em todos os níveis de ensino, desenvolvendo projetos e políticas para a erradicação do analfabetismo. (FÁVERO, 1995)

Além disso, por meio da “Declaração da Bahia”, os estudantes também criticaram as bases sobre as quais se estruturava o ensino superior no Brasil:

Nossa Universidade não tem sido mais do que uma superestrutura de uma sociedade alienada, isto é, deformada em sua base econômica, porquanto subdesenvolvida, estratificada quanto a distribuição dos benefícios econômicos e sociais, democrática apenas formalmente, desumana enfim. Essa crítica evidenciará como a Universidade não atende ao projeto histórico brasileiro, o desenvolvimento na perspectiva do proletário. (UNE, 1960, p.18).

Com essa crítica, os estudantes demarcaram a necessidade da articulação entre a universidade e a sociedade, enfatizando a urgência da difusão de uma cultura de caráter nacional que valorizasse as singularidades de cada região, contribuindo para que as massas compreendessem a realidade histórica, social e política, adquirindo, uma consciência crítica em relação as determinações presentes na sociedade. (UNE, 1960, p. 17)

A “Declaração da Bahia”, trouxe um conjunto de “Diretrizes para a Reforma Universitária”, nas quais os estudantes sugeriam, a integração entre a universidade e a comunidade, por meio de iniciativas como: criação de cursos de alfabetização de adultos, mestre de obras, líderes sindicais, assistência judiciária, médica e odontológica nos bairros populares, destacando que a missão da universidade seria se estabelecer como espaço defesa das “reivindicações operárias, participando de gestões junto aos poderes públicos e possibilitando cobertura aos movimentos de massa” (UNE, 1960, p. 21).

Na “Declaração da Bahia” a UNE, ressaltou a necessidade de reformular o exame de ingresso ao ensino superior, o vestibular. Conforme o documento, para tornar o vestibular menos seletivo e excludente, seria essencial estabelecer um regimento interno dentro de cada universidade, esclarecendo o número de vagas disponíveis, ofertando cursos preparatórios e gratuitos para esses exames e testes vocacionais com o intuito de “proporcionar ao estudante maior conhecimento de suas aptidões e maior tranquilidade na escolha”. (UNE, 1960, p. 31)

O debate em torno dessas questões foi ampliado no II Segundo Seminário de Reforma Universitária, realizado em 1962 na cidade de Curitiba. Este evento, deu origem a “Carta do Paraná”, na qual a UNE reforçou a necessidade da reforma universitária, enquanto uma medida que contribuiria para a efetivação de profundas transformações na sociedade brasileira. Para a UNE a reforma universitária, estava ligada às reformas mais urgentes para o contexto brasileiro, expressas nas Reformas de Base² do então presidente João Goulart. (SANFELICE, 2008)

Na “Carta do Paraná”, a proposta de reestruturação do ensino se organizava em três itens. No primeiro, “Fundamentos teóricos da Reforma

² As Reformas de Base propostas pelo presidente João Goulart, englobavam um conjunto de medidas para o plano social e político. (FAUSTO, 2008).

Universitária” (UNE, 1962, p. 41), os estudantes realizaram uma análise da conjuntura internacional, destacando, o antagonismo entre os blocos socialista e capitalista, o colonialismo, a exploração de países capitalistas em relação aos países subdesenvolvidos. A partir de tais análises, os jovens debateram sobre a dependência do Brasil frente as potências estrangeiras, as contradições sociais e econômicas trazidas pelo desenvolvimento, os altos índices inflacionários, entre outros temas. (UNE, 1962)

A “Carta do Paraná” teceu críticas à educação de caráter tecnicista. Na percepção do movimento estudantil, esse modelo educacional contribuía para a alienação da juventude, transformando a universidade em “um instrumento de formação de operários qualificados” em prol dos interesses da sociedade capitalista. (UNE, 1962, p. 44). Os estudantes, entendiam que o ensino superior deve instrumentalizar a formação do pensamento crítico e a tomada de consciência sobre as desigualdades sociais presentes em nossa realidade e não apenas a formação profissional ou especialistas em determinadas áreas.

Tomando como referência essa perspectiva a “Carta do Paraná” sistematizou três objetivos para a universidade:

1) *Ser expressão do povo*: [...]. Critérios econômicos, sociais, políticos, ideológicos, jamais poderão prevalecer na seleção na seleção dos candidatos a escola em qualquer grau de ensino. A universidade revolucionária será aquela que aproveitar as virtualidades de cada um, pondo em comum a sua originalidade, distribuindo-as em benefício do todo social. É a única maneira de ser positivamente democrática. 2) *Ser de todas as formas antidogmática*: Terá sempre em vista sua perspectiva crítica constante, estando aberta a toda reformulação que se processe no dinamismo histórico. 3) *Ser uma frente efetiva no processo revolucionário*: Não admitindo, portanto, qualquer forma de espoliação do homem pelo homem, justificada por razões econômicas e políticas, ideológicas ou sociais. Trata-se da realização de todas as exigências da pessoa, na caminhada histórica, no processo de

humanização, no conjunto homem natureza porque se constrói a sociedade. (UNE, 1962, p. 47).

Considerando a necessidade de Tendo como romper com o elitismo que caracterizava o ensino superior durante a década de 1960, o segundo ponto de debate presente na “Carta do Paraná”, propõe iniciativas políticas para que as instituições de ensino criem “condições favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência nacional e popular” (UNE, 1962, p. 53). Na compreensão do movimento estudantil a cultura estrangeira prevalecia no ensino universitário, inibindo o debate acadêmico acerca dos problemas sociais vivenciados no Brasil. (UNE, 1962)

No que se refere ao exame de vestibular a “Carta do Paraná” considerava-o uma “barreira” que era facilmente vencida pelos alunos cujas famílias “podem pagar cursinhos” (UNE, 1962, p. 57), ou seja, para os jovens “que não precisam trabalhar para se sustentar, que podem comprar livros e morar na capital, que tem relações e privilégios de classe dominante” (UNE, 1962, p. 57). Além do caráter excludente das formas de acesso ao ensino superior, a UNE (1962) destacou que as universidades privadas eram beneficiadas com recursos e verbas oriundas do governo federal, ao passo que as instituições públicas, não eram contempladas com recursos suficientes para oferecer uma boa estrutura e ensino de qualidade. (UNE, 1962)

O terceiro e último item contemplado na “Carta do Paraná”, abordava a organização estrutural da universidade, destacando que as universidades não atendiam as necessidades sociais e não dispunham de materiais e quadros técnicos voltados para uma formação sólida dos estudantes brasileiros (UNE, 1962). O documento ainda alertou que os currículos do ensino superior eram descontextualizados da realidade social, pois não consideravam as singularidades culturais do país. (UNE, 1962)

Tomando como referência a análise desse documento, é possível afirmar que a “Carta do Paraná” reforçou os princípios da “Carta da Bahia”, com destaque para a sugestão de propostas políticas para a educação. Para Poerner (1979, p. 193) a “Carta do Paraná” se inseriu dentro de uma linha “anticapitalista e revolucionária”, demarcando em seus princípios gerais a necessidade de uma universidade “antidogmática” que fosse “ao mesmo tempo, uma frente revolucionária e uma expressão do povo”, superando, portanto, a condição de instituição meramente transmissora de conhecimentos para inserir-se em um projeto que contemplasse mudanças profundas na sociedade.

No III Seminário de Reforma Universitária, ocorrido no ano de 1963 em Belo Horizonte, os temas discutidos estiveram em sintonia com as reflexões postas na Carta do Paraná. Neste evento, a UNE seguiu a sistemática dos eventos realizados anteriormente analisando a estrutura social brasileira, identificando as contradições e as singularidades presentes na conjuntura social e política para então debater como a universidade se inseria nessa teia de relações. (FÁVERO, 1995)

Fávero (1995) aborda que no III Seminário de Reforma Universitária, foi elaborado “um substantivo a LDB, referente ao ensino superior”, sistematizado em quatro pontos:

- a) Cátedra vitalícia: sugere a substituição do regime de vitaliciedade pela carreira do magistério, com novas formas de acesso, promoção e criação concomitante do sistema departamental;
- b) vestibular: partindo da crítica ao caráter seletivo do ponto de vista socioeconômico, propõe sua extinção, substituindo-o, quando necessário, por exames classificatórios e não eliminatórios. Insinua também, a criação do colégio Universitário;
- c) verbas universitárias: propõe novas diretrizes para a distribuição e aplicação de recursos destinados as universidades, criticando ao mesmo tempo a inexistência de critérios e propriedades na distribuição das verbas, bem como se sua aplicação;
- d) participação estudantil nos órgãos colegiados: defende ser ela no mínimo de 1/3, por se acreditar que a representação estudantil nesses órgãos constitua dado fundamental para a democratização interna da universidade. Além desses pontos, são introduzidos outros tais como: frequência obrigatória, para professores e alunos, eleição de diretores

de unidades, a qual deve contar com a participação de representantes estudantis. [...]. (FÁVERO, 1995, 44).

O conjunto de sugestões para o ensino superior refletem a intensão de realizar “reforma intelectual e moral”, voltada para colocar as classes exploradas na centralidade da luta política. De acordo com Carvalho (2006, p. 35) os eventos e documentos sobre as reformas para a universidade, “podem ser considerados como resultado do amadurecimento das posições da UNE” em face a conjuntura histórica, política, social em que se apresentava o movimento estudantil.

É possível afirmar que os encaminhamentos para a educação propostos pela UNE, se deram com base na reflexão crítica da realidade social, uma vez que conforme explicitaram os documentos analisados, os estudantes criticavam o imperialismo do qual o Brasil era refém, as desigualdades entre classes, o aburguesamento do Estado, os limites das políticas, propostas e programas para a educação, a dualidade entre ensino público e privado, entre outros.

As propostas da UNE para a educação explicitam que o movimento estudantil, nesse período, priorizou a qualidade e o direito ao ensino superior, as condições de acesso e a estrutura das instituições de ensino. Essas demandas emergiram da percepção dos jovens em relação a estrutura social em que estavam inseridos, e, portanto, a Reforma Universitária, considerada a principal bandeira da UNE nesta conjuntura, encontrou fundamento na necessidade de reformar o país em sua totalidade. No entendimento do movimento estudantil, essa reforma se iniciaria pela educação.

2. DEMANDAS PARA A EDUCAÇÃO NO INFORMATIVO “NOSSA VOZ” DA UNE

Analisamos um total de 8 documentos, referentes as edições do informativo “Nossa Voz”, publicadas entre os anos de 2012 e 2020,

disponibilizados na página digital ou redes sociais da UNE. Selecionamos os documentos que traziam uma coluna ou espaço específico para debater a educação, buscando identificar as temáticas discutidas a partir da categoria educação.

No Quadro 2 sistematizamos as edições do informativo “Nossa Voz” (2012-2020) da UNE selecionadas para este artigo, separando-as pelos títulos das matérias e temáticas relacionadas à educação:

Quadro 2- Temas sobre educação abordados no informativo “Nossa Voz” da UNE – (2012- 2020)

Edição	Título da matéria	Temática
Agosto/ 2012	Segue a luta por mais investimentos na educação	10% do PIB para a educação
Fev./março 2014	A feira da educação no Brasil, prejudica e desrespeita dos estudantes	Mercantilização da educação brasileira
Maio /jun. 2014	PNE aprovado, UNE na luta: maior vitória da educação brasileira	Aprovação do Plano Nacional de educação
Março/abril 2015	Defender o fies e a regulamentação do ensino privado	Fies e regulamentação do ensino privado
Set/out. 2015	A farsa <i>on line</i> das universidades particulares	Fim das disciplinas <i>on line</i>
Jul./ago. 2016	PNE na mira do golpe	Consequências da PEC do teto dos gastos na educação
Nov./dez. 2016	PEC do congelamento alimenta tubarões do ensino	Implicações da PEC na educação
Dez. 2020	Ensino remoto escancarou desigualdades sociais nas públicas e lógicas mercadológicas nas privadas	Educação no contexto da pandemia

*Fonte: Dados da pesquisa
Nota: Organizado pela autora (2020)*

Os títulos das publicações do informativo “Nossa Voz” (2012-2020) refletem o engajamento na defesa da educação e um posicionamento crítico em relação as políticas ou projetos educacionais implementados

pelo Governo Federal. As temáticas, refletem a conjuntura social e política vivenciadas no contexto brasileiro da atualidade, com destaque para: a) ampliação de verbas e recursos para a educação pública, b) políticas educacionais implementadas e suas consequências para a educação, e c) educação no contexto da pandemia do Covid 19.

As edições do “Nossa Voz”, publicadas em agosto de 2012 e maio/junho de 2014, se posicionam em favor da “ampliação de verbas para a educação”. Nesta ocasião, a UNE lutava pela aplicação de 10% do Produto Interno Bruto – (PIB) para a educação (NOSSA VOZ, 2012). Essa demanda movimentou uma série de debates em congressos estudantis e manifestações em ruas, escolas e universidades, como estratégia para pressionar os deputados para a aprovação deste recurso para a educação.

Em 2014 a edição de maio/junho do “Nossa Voz” mostrou que os 10% do PIB para a educação foi aprovado no dia 29 de maio, após 4 anos de tramitação no congresso. A aluna que ocupava o cargo de presidente da UNE, nesta ocasião, Vic Barros, ressaltou que essa conquista “significa democratização do acesso à universidade, erradicação do analfabetismo, qualidade da educação básica e valorização do professor” (BARROS, 2014, p. 3).

Desde a edição de agosto de 2012 até a publicação da edição de maio/junho de 2014, é possível evidenciar o ativismo dos estudantes em torno da aprovação dos 10% do PIB para a educação. Em tais publicações, o movimento estudantil não apenas defendeu a ampliação de recursos para a área, como também conclamou os estudantes a se organizarem em lutas que contemplassem a realização de:

- + **FINANCIAMENTO:** Aprovação de um PNE democrático que garanta investimentos de 10% do PIB para a educação e destinação de 100% dos royalties do petróleo e 50% do Fundo Social do Pré-Sal para a educação.
- + **INFRAESTRUTURA:** Plano emergencial para conclusão das obras de infraestrutura do REUNI.

- + **ASSISTENCIA ESTUDANTIL:** Ampliação imediata dos investimentos em assistência estudantil para 1,5 bilhão de reais.
- + **DEMOCRACIA:** Gestão democrática com paridade nas eleições para reitoria e órgãos de decisão da universidade.
- + **CONTRATAÇÕES:** Contratação de sete mil novos professores e servidores técnico- administrativos.
- + **RESTAURANTES UNIVERSITÁRIOS E MORADIAS ESTUDANTIS:** Ampliação dos restaurantes universitários e moradias estudantis e construção onde não existam.
- + **VALORIZAÇÃO DOS PROFESSORES E SERVIDORES TÉCNICOS-ADMINIS-TRATIVOS:** Reajuste salarial e reestruturação do plano de cargos e carreiras.
- + **REFORMA UNIVERSITÁRIA:** Aprovação de uma Reforma Universitária que democratize e valorize o papel do ensino, da pesquisa e da extensão. (NOSSA VOZ, 2012, p. 04)

Conforme ressalta a citação, a ampliação dos investimentos na área da educação é considerada uma medida fundamental para que os estudantes tenham acesso a uma educação democrática e de qualidade, para que os professores possam exercer sua profissão de forma digna, com justa remuneração e condições de trabalho e para que as instituições de ensino (fundamental, médio e superior) tenham condições de funcionar, fornecendo aos estudantes e professores uma estrutura adequada com instalações e materiais suficientes e de qualidade para a realização das atividades docentes e discentes.

Essas demandas contemplam a escola e o ensino público, por isso, situam-se para além das políticas neoliberais, cujo *modus operandi* consiste em adotar medidas restritivas, as quais ao passo que ampliam a lucratividades do grande empresariado, impõe medidas políticas restritivas que culminam com a perda de direitos socialmente conquistados pela classe trabalhadora. (HARVEY, 2005).

Na educação, as políticas neoliberais abrem as portas para a proliferação de universidades particulares, para a realização de parcerias público privadas, por meio de compra de materiais didáticos pedagógicos, plataformas para a oferta de disciplinas ou cursos à distância, palestras ou cursos de formação de professores, entre outros. Tais medidas são limitadas, pois além de contribuírem para a

transformação da educação em um negócio lucrativo para o capital, dificultam a destinação de investimentos efetivos no ensino público.

As edições de fevereiro/março de 2014; março/abril de 2015, setembro/outubro de 2015, julho/agosto de 2016 e novembro/dezembro de 2016 do informativo “Nossa Voz”, partindo de um contexto de ajustes fiscais e da adoção de políticas neoliberais, conferem ênfase à questão da mercantilização da educação, debatendo as consequências das políticas educacionais implementadas pelo Governo Federal. Destaca-se a edição de 2014, na qual o “Nossa Voz” denunciou a formação de oligopólios em torno das universidades particulares:

Em 22 de abril de 2013, foi anunciada a fusão da Kroton Educacional S.A e da Anhanguera Educacional, transação que resultou em uma empresa cujo valor de mercado é estimado em R\$ 14,1 bilhões. Em agosto do mesmo ano, o grupo americano de ensino Laureate fechou, por R\$ 1 bilhão, a compra de 100% do capital das Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), um dos maiores grupos educacionais de São Paulo, com 68 mil estudantes. (NOSSA VOZ, 2014a, p. 03)

De acordo com o “Nossa Voz” (2014a, p. 04) as transações comerciais em torno da compra e venda de instituições de ensino são extremamente prejudiciais, visto que abrem precedentes para a “desnacionalização da educação, a massificação de conteúdos e a mercantilização do setor educacional”. Os empresários da educação, cuja lógica é “gastar menos e ganhar mais” (NOSSA VOZ, 2015a) vem contribuindo para a precarização do ensino e para a adoção de medidas que promovem o aligeiramento do ensino, como é o caso das disciplinas *on line*, adotadas em larga escala nas universidades particulares.

Na edição de setembro/outubro de 2015, o “Nossa Voz” traz uma matéria na qual denuncia “A farsa *on line* das universidades particulares”, apontando que embora o Ministério da Educação – (MEC) estabeleça

“que os cursos presenciais podem ofertar até 20% da carga horária total” na modalidade à distância, algumas instituições particulares “ultrapassam esse limite ou definem como *on line* matérias que deveriam ser obrigatoriamente presenciais”. (NOSSA VOZ, 2015b, p. 03)

A partir de 2001, a lucratividade dos segmentos privados de ensino cresceu significativamente com a promulgação Lei n. 10.260/2001 instituiu o FIES. Esse programa tinha como objetivo financiar os cursos de ensino superior em instituições privadas para estudantes com baixo poder aquisitivo. Na ocasião, a UNE por meio da revista Movimento³ (2001, p. 15) se posicionou contra a forma com que o FIES estava proposto por considerá-lo, “um financiamento bancário”, gerido por juros altíssimos e direcionado para atender os interesses dos empresários da educação.

Na edição de março/abril de 2015 do “Nossa Voz”, o movimento estudantil voltou a debater essa questão, destacando que embora o FIES “seja um importante instrumento de ampliação do acesso ao ensino superior” (NOSSA VOZ, 2015b, p. 05) para grupos vulneráveis ou socialmente excluídos, é importante problematizar os reajustes acima da inflação, realizados por faculdades e universidades privadas.

Em 2016, o debate que ocupou posição de centralidade no “Nossa Voz” foi a redução dos investimentos na educação em consequência da Emenda Constitucional nº 241, posterior PEC nº 55 a qual congelou, por um período de 20 anos, investimentos públicos em áreas sociais, entre elas a educação. A UNE chamou a atenção para a possibilidade do Plano Nacional de educação – (PNE) sofrer as consequências da PEC, visto que uma das metas do Plano é, em um prazo de 10 anos, destinar 10% do PIB para a educação. Essa, inclusive, foi uma conquista do

³ A revista Movimento é um periódico da UNE que foi lançada na década de 1960 com o objetivo de levar informações aos estudantes de diferentes partes do país.

movimento estudantil após muita pressão dos jovens junto aos órgãos governamentais. (NOSSA VOZ, 2016a)

Além de analisar as consequências da PEC do teto dos gastos para a democratização e ampliação da qualidade da educação, o informativo Nossa Voz (2016b) alertou sobre a possibilidade de ocorrerem privatizações de instituições escolares e do sucateamento do sistema público de ensino, pois:

A acelerada expansão do ensino superior privado no Brasil, fruto da crescente injeção de capital estrangeiro, vem transformando muitas instituições em verdadeiros paraísos de lucro dominados pelos tubarões do ensino. Disfarçada de avanço econômico, a PEC do congelamento promete agravar ainda mais a situação, com o sucateamento da máquina pública, a população se vê entregue aos desmandos da iniciativa privada, onde quem impera são as leis do mercado e não a qualidade do ensino. (NOSSA VOZ, 2016 b, p. 06).

Medidas como a PEC do teto dos gastos, desconsideram toda a luta e mobilização dos estudantes em prol de um ensino efetivamente público, democrático e de qualidade. O movimento estudantil, de longa data vem se posicionando contra as políticas que limitam o repasse de verbas para instituições públicas, por entender que essa medida, abre caminho para a ampliação da presença de fundações privadas nas instituições públicas por meio da venda de soluções educacionais ou serviços, conforme exposto na matéria publicada pela revista Movimento da UNE no ano de 2002.

Por fim, na edição de dezembro de 2020, na matéria “Ensino remoto escancarou desigualdades sociais nas públicas e lógicas mercadológicas nas privadas” o “Nossa Voz” trouxe uma análise de conjuntura, na qual avalia que:

O ensino remoto em caráter emergencial ressaltou as desigualdades entre os estudantes brasileiros. De acordo com a V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos

Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras da Andifes alunos brancos são 48,8% dos que possuem domínio do uso do computador entre estudantes universitários, enquanto estudantes negros representam apenas 10,6%. (NOSSA VOZ, 2020, p. 04).

O ensino remoto, adotado no contexto da pandemia, evidenciou os problemas estruturais do país, mostrando as desigualdades entre os alunos cuja origem social permite o acesso às mídias digitais e tempo necessário para se dedicar aos estudos e aqueles que pertencem à grupos subalternizados que não dispõe de recursos, tempos ou equipamentos necessários, para acessar as aulas remotamente.

Com base na situação vivenciada, o Nossa Voz (2020) enfatizou que o ensino não presencial, *on line*, remoto vem contribuindo para uma queda do aprendizado dos alunos brasileiros, conforme expõe por meio do fragmento:

No ensino privado, pesquisa feita pelo financiamento estudantil Pravalor apontou que 53,37% dos estudantes de ensino superior sentiram queda no aprendizado com modelo remoto. Já estudo feito pelo Semesp, entidade que representa mantenedoras de ensino superior no Brasil, mostrou que mais da metade dos alunos, 52,3%, preferem continuar com aulas totalmente presenciais após a quarentena. (NOSSA VOZ, 2020, p. 04).

O debate em torno da educação, portanto, não está desvinculado de uma análise de conjuntura, na qual o movimento estudantil chama a atenção para os problemas tanto de ordem política, como também pedagógica, que circundam a nossa educação.

Ao analisarmos os documentos da UNE, produzidos em diferentes momentos históricos, dentre os quais se destacam o “Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira”, elaborado durante o II Congresso Nacional dos Estudantes de 1938 e as cartas originadas dos Seminários de Reforma Universitária, realizados pela UNE, durante a década de 1960, evidenciamos que a educação de caráter público e de qualidade é uma demanda orgânica do movimento estudantil.

A UNE historicamente vem realizando uma leitura das contradições da materialidade e, com base nisso, organizando lutas para a ampliação da qualidade da educação pública. Na percepção da entidade, essa qualidade está vinculada com a realização de investimentos na área, o que é fundamental para a sua democratização junto aos filhos da classe trabalhadora, dando-lhes não apenas condições de permanência, mas também de desfrutar de um ensino e de uma escola com estrutura e materiais didáticos e pedagógicos que facilitem a relação ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao analisarmos as edições do informativo “Nossa Voz” (2012-2020) da UNE evidenciamos que a conjuntura social e política do país influencia a configuração das demandas para a educação. Desse modo, a UNE, parte das determinações presentes na realidade para organizar suas lutas em torno da educação.

A análise do material empírico nos mostrou que os estudantes universitários, vêm pautando uma educação efetivamente pública, democrática e de qualidade na mesma medida em que confrontam as políticas neoliberais impositivas de medidas de restrição à direitos sociais, as quais cerceiam o repasse de verbas para o ensino público e contribuem para a realização de parcerias público privadas e conseqüentemente para a proliferação de instituições privadas no país.

A UNE considera que a ampliação de investimentos na educação é uma medida fundamental para que as instituições de ensino possam funcionar, oferecendo aos filhos da classe trabalhadora condições de desfrutar da educação como um direito social e para que os profissionais de ensino tenham a possibilidade de realizar um trabalho de qualidade, com valorização salarial e formação pedagógica.

Consideramos que as demandas para a educação, presentes nos informativos “Nossa voz” são orientadas para a realização de um ensino para a emancipação, ou seja, que instrumentalize os filhos da classe trabalhadora a perceberem as contradições vivenciadas na sociedade, conduzindo-os a uma “concepção de vida superior” (GRAMSCI, 1978, p. 20) desvinculada com a ideologia dominante, que visa apenas o aprimoramento de formas mais elevadas da exploração da força de trabalho e a extração da mais valia.

REFERÊNCIAS

BARROS, V. Entrevista. **Entrevista**. NOSSA VOZ. São Paulo: UNE, maio/junho, p. 04, 2014a.

CARVALHO, V. F. **A prática educativa do movimento estudantil universitário no contexto do neoliberalismo**: o curso de ciências sociais na UFRJ. 2006, 144 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006.

CUNHA, L. A. **O ensino profissional na irradiação do industrialismo**. Brasília: Editora Unesp, 2000.

FAUSTO, B. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

FÁVERO, M. de L. A. **UNE em tempos de autoritarismo**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 1: introdução ao estudo da filosofia, a filosofia de Benedetto Croce. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GRAMSCI, A. **Escritos políticos**, vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

GRAMSCI, A. **Cadernos do cárcere**, vol. 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

HARVEY, D. **O neoliberalismo**: história e implicações. Ipiranga: Edições Loyola, 2005.

LENIN, V. I. **As tarefas revolucionárias da juventude**. São Paulo: Expressão popular, 2015.

LOMBARDI, J. C. **Textos sobre educação e ensino. Karl Marx e Friedrich Engels**. Campinas: Navegando, 2011.

MATTOS, A. L. R. de R. **Uma história da UNE: 1945- 1964**. Campinas: Pontes, 2014.

MENDES, JR. A. **Movimento estudantil no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MÉSZÁROS, I. **Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOVIMENTO, **Revista da União Nacional dos Estudantes**. São Paulo, jun., 2001.

MOVIMENTO. **Revista da União Nacional dos Estudantes**. São Paulo, n. 18, p. 07-29, 2007.

MOVIMENTO, **Revista da União Nacional dos Estudantes**. O futuro do Brasil está em jogo. São Paulo, n. 05, set. 2002.

NOSSA VOZ – UNE. **PNE aprovado, UNE na luta**: maior vitória da educação brasileira. São Paulo: UNE, maio/junho, p. 03, 2014b.

NOSSA VOZ – UNE. **A feira da educação no Brasil, prejudica e desrespeita dos estudantes**. São Paulo: UNE, fev/mar, p. 03, 2014a.

NOSSA VOZ – UNE. **Segue a luta por mais investimentos na educação**. São Paulo: UNE, ago. p. 04, 2012.

NOSSA VOZ – UNE. **Defender o fies e a regulamentação do ensino privado**. São Paulo: UNE, mar./abr., p. 04, 2015a.

NOSSA VOZ – UNE. **A farsa on line das universidades particulares**. São Paulo: UNE, set./out., p. 04, 2015b.

NOSSA VOZ – UNE. **PNE na mira do golpe**. São Paulo: UNE, jul./ago., p. 03, 2016a.

NOSSA VOZ – UNE. **PEC do congelamento alimenta tubarões do ensino.** São Paulo: UNE, nov./dez., p. 03, 2016b.

NOSSA VOZ – UNE. **Ensino remoto escancarou desigualdades sociais nas públicas e lógicas mercadológicas nas privadas.** São Paulo: UNE, dez., p. 03-04/2020.

POERNER, A. J. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SANFELICE, J. L. **Movimento estudantil:** a UNE na resistência ao golpe de 1964. Campinas, Alínea, 2008.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2008.

UNE. União Nacional dos Estudantes. **Plano de sugestões para uma reforma educacional brasileira.** Rio de Janeiro: UNE, 1938. In: POERNER, A. J. **O poder jovem:** história da participação política dos estudantes brasileiros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979. Anexo [p. 324-329].

UNE. União Nacional dos Estudantes. **Declaração da Bahia.** Salvador: UNE, 1960. In: FÁVERO, M, de L, A. **UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. Anexo 1 [p. 03-37]

UNE. União Nacional dos Estudantes. **Carta do Paraná.** Curitiba: UNE, 1962. In: FÁVERO, M, de L, A. **UNE em tempos de autoritarismo.** Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1995. Anexo 2 [p. 50-98]

Esta publicação deverá ser citada da seguinte forma:

BOUTIN, A. C. B. D. Demandas da União Nacional dos Estudantes - (UNE) para a educação. **Revista DisSol – Discurso, Sociedade e Linguagem,** Pouso Alegre/MG, ano 8, nº18, jul-dez/2023, p. 41-65.